

Maria Isabel Roque

# O SAGRADO NO MUSEU

Musealização de objectos do culto católico  
em contexto português

*Catálogo recomendada*

ROQUE, Maria Isabel

O Sagrado no Museu / Maria Isabel Roque. — Lisboa : Universidade Católica Editora, 2011. - p. 362 ; 24 cm

ISBN 978-972-54-0297-9

I — Tít.

CDU 7.046:069

246/247:069

© Universidade Católica Editora | Lisboa 2011

**Edição:** Universidade Católica Editora

**Revisão editorial:** Frederico Sequeira

**Composição gráfica:** LABGRAF.

**Data:** Abril 2011

**Depósito Legal:** 322951/11

**ISBN:** 978-972-54-0297-9

**Universidade Católica Editora**

Palma de Cima – 1649-023 Lisboa

tel. (351) 217 214 020 fax (351) 217 214 029

uce@uceditora.ucp.pt [www.uceditora.ucp.pt](http://www.uceditora.ucp.pt)

## Agradecimentos

Agradeço:

À Prof. Doutora Natália Correia Guedes, orientadora da tese de doutoramento, de quem recebo desde há tantos anos a lição que abriu perspectivas e desvendou postulados e argumentos.

Ao Prof. Doutor Luís Teixeira, que orientou a metodologia que seguimos.

Ao Prof. Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa, pela oportunidade das suas críticas e sugestões, e aos Professores Manuela Cantinho, Néilson Correia Borges e Carlos Motta, membros do júri que avaliaram esta tese.

À Biblioteca Nacional, sobretudo à sua antiga Subdirectora, Dr.<sup>a</sup> Fernanda Campos, que concedeu as melhores condições para a realização deste trabalho.

À Mediateca Intercultural, à Biblioteca João Paulo II, da Universidade Católica Portuguesa e, em particular, ao Dr. Alfredo Ramalho, pela possibilidade de livre consulta dos seus acervos.

À Biblioteca Pública de Évora e ao seu Director, Prof. Doutor António Calixto, pela facilidade que concedeu à consulta da *Oração ao Museu*.

À Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, em especial à sua Directora, Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Capelo Gil, pela inextinguível disponibilidade e incentivo que deu a esta publicação, e ao Prof. Doutor José Miguel Sardica, pelo apoio com que me atendeu. Ao Dr. Paulo Pinto, pelo incentivo. E a Maria do Rosário Lopes, pelo profissionalismo e atenta colaboração.

Ao Cón. Dr. Luís Pereira da Silva e ao P.<sup>o</sup> Dr. José Eduardo Coutinho, pelo esclarecimento de muitas dúvidas.

À Dr.<sup>a</sup> Anabela Antunes, Directora da Universidade Católica Editora, e à Arq. Margarida Appleton, pela forma como aceitaram este projecto e colaboraram na sua execução.

Aos colegas, que me incentivaram e ajudaram, nomeadamente a Dulce Figueiredo, a Maria João Barbeitos e a Paula Gonçalves e, em particular, à Dália Guerreiro, que acompanhou e comentou este trabalho desde o início.

À família e aos amigos, por todos os motivos.

Dear Mother

I received your letter of the 10th and was glad to hear from you. I am well and hope these few lines will find you the same. I have not much news to write at present. The weather here is very warm now, and I have been out a good deal. I have not much news to write at present. The weather here is very warm now, and I have been out a good deal.

I have not much news to write at present. The weather here is very warm now, and I have been out a good deal. I have not much news to write at present. The weather here is very warm now, and I have been out a good deal.

I have not much news to write at present. The weather here is very warm now, and I have been out a good deal. I have not much news to write at present. The weather here is very warm now, and I have been out a good deal.

Yours affectionately

# Índice

<b>Resumo</b> .....	7
<b>Lista de abreviaturas e siglas</b> .....	9
<b>1 – Introdução</b> .....	11
<b>2 – Museologia oitocentista: grandes exposições e museus nacionais</b>	21
2.1. Antecedentes da museologia .....	21
2.2. Museologia oitocentista: grandes exposições e museus nacionais ...	44
2.3. As colecções de arte religiosa nos museus regionais .....	66
2.4. A musealização dos tesouros eclesiásticos .....	88
2.5. Museologia de temática religiosa durante o Estado Novo .....	109
2.6. Museologia eclesiástica nos finais do século xx .....	119
<b>3 - Musealização de objectos litúrgicos</b> .....	165
3.1. Percepção do sagrado no culto católico .....	165
3.2. O rito e a intermediação dos objectos .....	177
3.3. Integração do objecto no ritual museológico .....	207
3.4. Análise do objecto no museu .....	217
3.5. Descontextualização .....	225
3.6. Propostas museológicas: tesouros, reservas e museus de arte sacra	233
3.7. Factores de inteligibilidade do objecto religioso .....	252
3.8. Reconstituição do contexto litúrgico no espaço museográfico...	263

<b>4 – Conclusão.....</b>	<b>309</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>317</b>
<b>Legislação .....</b>	<b>337</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>341</b>

## Resumo

Este trabalho analisa a forma como o museu refere o sagrado: como exprime o pensamento imaterial e os sentimentos religiosos e como são referenciados os objectos litúrgicos e devocionais numa apresentação museológica. Para isso, circunscrevemos a abordagem à realidade que nos é mais próxima, focalizando a musealização de objectos do culto católico em contexto português. A metodologia de investigação pressupõe a pesquisa histórica e o estudo de caso, baseados nos métodos de análise da história e da sociologia da arte, numa abordagem interdisciplinar que analise o tema sob os vários aspectos da arte, história, museologia e estudos religiosos.

Na museologia da arte religiosa, distingue-se a seguinte tipologia: museus e tesouros de iniciativa e tutela eclesiástica; museus de arte com colecções de objectos religiosos; museus de religião sem tutela eclesiástica.

Em Portugal, o processo evolutivo das instituições museológicas com objectos religiosos teve início após a amortização dos conventos e respectivos espólios, em 1834: primeiro, os museus nacionais, em que destacamos o Museu de Belas-Artes (actualmente Museu Nacional de Arte Antiga), que se organizou e desenvolveu entre os finais do século XIX e inícios do século XX; quase em simultâneo, a musealização dos tesouros eclesiásticos, como os de Coimbra ou Viseu, providos de equipamentos museográficos e sistemas de conservação e segurança; a criação de museus regionais, como em Aveiro ou Évora, permitindo uma maior aproximação dos espólios aos seus locais de origem, após as leis republicanas de 1911; um longo e irrelevante período marcado por algumas exposições temporárias de arte sacra; e, na última década do século XX, um período de renovação museológica no âmbito da arte religiosa, protagonizado pela hierarquia eclesiástica que promoveu várias exposições com objectivos pastorais, como tem sido recomendado pelo Vaticano.

A diferença que a prevalência do valor artístico ou religioso implica no programa museográfico regista-se, antes de mais, na organização dos acervos: no museu de arte, as alfaías litúrgicas integram-se nas secções de ourivesaria e joalheria, enquanto os paramentos se incluem na secção dos têxteis; no museu de religião, este espólio tende a organizar-se de acordo com a funcionalidade litúrgica.

O museu actual preocupa-se com a exposição dos dados imateriais e a recontextualização do objecto em relação à anterior função sagrada, começando a considerar tanto o contexto, a função e o significado quanto os seus aspectos materiais, formais e históricos.

A arquitectura e o equipamento museográfico constituem a primeira estratégia para anunciar o significado do objecto, mas é a documentação textual que o apresenta ao visitante da exposição. O objecto prevalece, pelo que o espaço envolvente se apresenta neutro e a informação é sintética e subtil na proximidade da exposição, tornando-se mais profusa à medida que se afasta do percurso, acompanhando o visitante para lá do museu. Neste aspecto, as novas tecnologias permitem ligar o espólio aos mais diversos campos do conhecimento: o museu pode providenciar-lhe toda a gama de significados e estabelecer no espaço virtual conexões com o lugar de origem e com objectos similares ou afins. O estudo do objecto religioso encontra aqui uma vantagem crescente, ao permitir a sua apropriação sem risco de o profanar.



## Lista de abreviaturas e siglas

### Abreviaturas

a. C. – antes de Cristo  
aut. – autor  
c. – cerca de  
cfr. – conforme  
cit. – citado  
co-aut. – co-autor  
coord. – coordenação  
doc. – documento  
ed. lit. – editor literário  
*et al.* – *et alii*, e outros  
fl. – fôlio, folha  
id. – o mesmo  
id., *ibid.* – o mesmo, no mesmo lugar  
il. – ilustração  
*in* – em  
inc. – incunábulo  
ms. – manuscrito  
*op. cit.* – *opera citada*, obra citada  
p. – página  
*passim* – aqui e ali  
pp. – páginas  
s/p – sem páginas numeradas  
trad. – traduzido  
v – verso (página verso)  
*vd.* – *Vide*, veja-se em  
vol. – volume  
vols. – volumes

### Abreviaturas bíblicas

*Act* – *Actos dos Apóstolos*  
*Ap* – *Apocalipse de S. João*  
AT – Antigo Testamento  
*Col* – *Epístola de S. Paulo aos Colossenses*  
*Cor* – *Epístola de S. Paulo aos Coríntios*  
*Cr* – *Livro das Crônicas*  
*Dt* – *Livro do Deuteronômio* (ou 5.º *Livro de Moisés*)  
*Ef* – *Epístola de S. Paulo aos Efésios*  
*Ex* – *Livro do Êxodo*  
*Gn* – *Livro do Génesis*  
*Is* – *Profecia de Isaías*  
*Jer* – *Profecia de Jeremias*  
*Jo* – *Evangelho segundo S. João*  
*Lc* – *Evangelho segundo S. Lucas*  
*Mc* – *Evangelho segundo S. Marcos*  
*Mt* – *Evangelho segundo S. Mateus*  
NT – *Novo Testamento*  
*Sam* – *Livro de Samuel* (ou *dos Reis*, segundo a Vulgata)  
*Sl* – *Livro dos Salmos*

### Siglas bibliográficas

CCL – Crónica constitucional de Lisboa

*Chronica Constitucional de Lisboa*. Lisboa: Impressão Regia, 1833-1834.

CDC – Código do Direito Canónico

IGREJA CATÓLICA – *Código de direito canónico*. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983.

CIC – Catecismo da Igreja Católica

IGREJA CATÓLICA – *Catecismo da Igreja Católica*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993.

DC – Diário das Cortes

*Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1839.

DG – Diário do Governo

*Diário do Governo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1835- (...).

GS – *Gaudium et Spes*

IGREJA CATÓLICA. Concílio do Vaticano, 2, 1962-1965 – *A Igreja no mundo actual: constituição pastoral “Gaudium et Spes”*. 6.<sup>a</sup> ed. Braga: A.O.; [DL 1987].

MR – Missal Romano

IGREJA CATÓLICA – *Introdução geral ao missal romano*. Lisboa: Secretariado Nacional de Liturgia, 1992.

PL – Patrologia Latina

MIGNE, Jacques Paul, ed. lit. – *Patrologiae cursus completus: series latina* Paris: J.-P. Migne Editorem; Turnholti: Brepols, 1844-1864.

SC – *Sacrosanctum Concilium*, Constituição conciliar sobre a sagrada liturgia IGREJA CATÓLICA. Concílio do Vaticano, 2, 1962-1965 – *Concílio Ecu-ménico Vaticano II*. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Ora-ção, 1967.

A numeração a seguir às siglas CIC, MR e SC indica o parágrafo, cânone ou artigo citado.

### **Siglas institucionais**

ACL – Academia das Ciências de Lisboa

CEP – Conferência Episcopal Portuguesa

CIDOC – Comité Internacional para a Comunicação do Conselho Interna-cional de Museus

DPHADB – Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja

ICOM – *International Council of Museums*, Conselho Internacional de Mu-seus

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

Ord. Cist. – Ordem de Cister

SNI – Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

## 1 – Introdução

“Haverá na terra algo sagrado ou algo que não o seja?”

Jorge Luis Borges •

Discorrer acerca da musealização do sagrado implica averiguar se o sagrado pode ser e como deve ser musealizado. A este enunciado cabe uma dupla abordagem: traçar ao longo da história da museologia o panorama da recolha e exposição de ideias e objectos referentes à religião e à prática religiosa; analisar as técnicas de que o museu dispõe para uma correcta apresentação e interpretação das particularidades do espólio sagrado, litúrgico ou devocional. Para esta abordagem, há que circunscrever o tema, aproximando-o da nossa realidade mais próxima. Desse modo, limitar-nos-emos ao âmbito da expressão católica ao longo da prática museológica em contexto português, desde a época dos tesouros medievais às exposições da última década do século xx.

A narrativa acerca da história da museologia passa por esta questão fulcral: *o sagrado é musealizável?*

A musealização do objecto religioso é actualmente encarada como uma das soluções mais eficazes para a preservação do espólio desafecto por razões políticas, pela evolução da história das mentalidades e respectivas alterações do gosto e da sensibilidade – entre o exagero e a ostentação decorativa e o despojamento dos espaços – ou pela renovação da prática litúrgica. Mas, até ao enraizamento deste conceito, houve um longo e lento percurso a configurar a exposição de objectos religiosos em espaços litúrgicos ou museológicos.

Terá sido precisamente em torno dos objectos ligados ao culto que se elaboraram os primeiros ensaios paramuseológicos, enquadrados pela exposição solene das relíquias dos santos. A apresentação destes objectos e do

• BORGES, Jorge Luís – *O livro de areia*. In *Obras completas*. Lisboa: Teorema, 1998, 3.º vol., p. 20.

conjunto de alfaias preciosas que constituíam os tesouros eclesiásticos medievais funcionou, desde os primórdios, como um acto litúrgico, que caberá aqui referir pela semelhança com a acção museológica, fazendo remontar o âmbito deste trabalho a épocas anteriores ao aparecimento dos museus.

A intervenção da Igreja no fenómeno coleccionista, que antecedeu a instituição do museu com a estrutura que hoje lhe atribuímos, justifica também a referência à actividade pioneira de alguns eclesiásticos que aderiram a esta prática como método educacional e meio de divulgação cultural postos ao serviço de uma propaganda. Porém, nas colecções que organizavam e expunham, não se misturavam alfaias litúrgicas. O objecto do culto permanecia confinado ao espaço sagrado.

O museu como entidade orientada para a constituição, estudo e preservação de colecções patrimoniais surgiu apenas em finais do século XVIII, no mundo ocidental, mais concretamente no contexto das grandes capitais europeias, marcado por condicionantes históricas decorrentes das premissas levantadas pelo Iluminismo, sancionadas pelo espírito da Revolução Francesa e garantidas pelo sucesso da Revolução Industrial. Ou seja, o museu constitui um parâmetro fundamental na recente história da cultura do mundo ocidental e decorre da dicotomia entre a religiosidade e o laicismo, coincidindo com a progressiva perda de poder e influência da Igreja na política e na sociedade, em detrimento de novos conceitos filosóficos.

O desenvolvimento da estética permitiu estruturar novas formulações em torno da valorização da arte como tal, numa abordagem isenta das premissas de religiosidade. Os conceitos dominantes não passam por testemunhos de fé; ganham o estatuto de conhecimento objectivo, na medida em que derivam da razão e da experiência que os verifica e comprova. O museu intervém a vários níveis neste processo: pelo desenvolvimento das disciplinas relacionadas com as colecções que detém; pela investigação inerente à prática museológica; pelo estatuto que passou a deter na perseveração dos objectos materiais; por se assumir como agente da memória consentida, oficializada, da sociedade. E foi precisamente a laicização, ao configurar o aparecimento dos primeiros museus, que permitiu a transferência dos objectos religiosos para um universo civil e profano.

O estudo da musealização do património de matriz religiosa, no caso, católica, tem aqui o seu início. Com uma reserva, porém: o objecto, excedido pelas circunstâncias que envolveram a passagem para o museu, foi destituído da categoria de objecto religioso. Os critérios que envolvem a sua

transformação em objecto museológico situam-se na esfera da história da arte, não no plano dos estudos da religião, da teologia ou da liturgia.

A apresentação do objecto litúrgico ou devocional como documento do culto é tardia no contexto da história da museologia de iniciativa civil, mas foi determinante ao longo da evolução dos tesouros eclesiásticos. Sem descurarem a antiga funcionalidade devocional, os tesouros começaram, desde finais do século XIX, a aplicar normas de conservação, segurança e exposição museográficas, que podem ser paralelamente definidos como museus de religião.

De resto, no actual estado da questão, a museologia do património católico, veiculando os aspectos da sua ligação ao sagrado, não ultrapassou ainda o perímetro eclesiástico. A apresentação museológica desse conteúdo teológico, litúrgico ou devocional regista-se em Portugal a partir da última década do século XX e é tutelada pela Conferência Episcopal Portuguesa, por órgãos diocesanos, eventualmente paroquiais, ou por ordens religiosas.

Nas instituições civis, a musealização do património atendendo ao seu valor religioso é ainda pouco representativa. Os objectos do culto encontram-se lá expostos mas mantém-se prevalente a sua condição como obra de arte. Damos conta, porém, que a preocupação com a crescente iliteracia em torno dos temas religiosos começa a atingir os museus, determinando novas perspectivas na apresentação e divulgação deste património.

É a partir desta resenha histórica, que a análise do processo de musealização e das soluções actualmente disponíveis para tornar inteligível esse património configura outra questão: *como deve o sagrado ser musealizado?*

A transferência do objecto para qualquer instituição museológica faz-se à custa da sua descontextualização e de um processo de perdas e ganhos, em que a cognição se altera pela valorização de uns aspectos em detrimento de outros que, no passado, tenham sido determinantes. O ambiente que o museu lhe recria é artificial, cria uma nova perspectiva que pode mutilar, mas também estruturar e complementar o conhecimento, desvendar significados e símbolos que, no decurso da liturgia, apenas seriam intuídos pelos iniciados.

O museu, tal como as bibliotecas e arquivos, que acolhem, preservam e divulgam uma imagem do passado, reflecte o conceito que em cada época se constrói acerca da própria história. Neste sentido, perde-se a objectividade pretendida pela actividade museológica, se tivermos em consideração que nenhum dos cenários nele construído será universal, mas fragmentado

e influenciado pelas consciências e ideologias daqueles que interferem no seu projecto. O museu, mesmo que tenha um objectivo histórico, memorial, não é apenas uma apresentação do passado, mas também um reflexo do presente. O sistema de valores que prevalece em cada situação determina a escolha dos objectos que são expostos, a forma como são agrupados, os complementos museográficos que os interpretam.

Programar um museu e definir a sua política de actuação permite controlar a representação da comunidade a que se refere e definir a imagem que esta desenvolve acerca de si própria. Isto leva-nos a averiguar de que forma o projecto museológico interioriza e assume a memória do pensamento religioso e da vivência litúrgica em que os objectos do culto exprimiram o seu significado profundo, no momento em que o pensamento religioso deixa de ser dominante na herança cultural recebida por cada indivíduo e perde o papel fulcral na vida da comunidade.

Cabe aqui a análise do processo de descontextualização que o objecto suporta ao ingressar no museu e, também, do conjunto dos parâmetros em que a musealização decorre e dos instrumentos de que dispõe para assegurar a inteligibilidade do acervo exposto.

A exploração do espaço museológico tem vindo a focar a adequação da arquitectura à apresentação dos objectos, a criação de infra-estruturas museográficas e a definição de percursos para os visitantes. O projecto arquitectónico constrói o museu como contexto e suporte da colecção e relega-o a uma condição de neutralidade, que o apaga para realçar a importância dos objectos que apresenta. Em paralelo, o estudo das colecções não é, em regra, conceptualizado globalmente, constituindo-se como estudo cumulativo das peças que a incorporam estabelecendo, entre elas, não mais do que frágeis relações de âmbito formal, estilístico ou histórico. Ou seja, tudo no museu, arquitectura, equipamento museográfico e investigação, contribui para realçar o objecto como unidade absoluta e independente, valendo por si própria apesar das relações tipológicas, estilísticas ou outras que possa estabelecer com as restantes.

Inserese, assim, a polémica em torno do valor do objecto religioso no museu: o predomínio da qualidade patrimonial pode sobrevalorizá-lo, ao facultar-lhe a categoria de “belas-artes” e atenuando outras valias; a prevalência do atributo semântico permite-lhe ultrapassar a subvalorização latente que o indiferencia de outros artefactos quotidianos.

Do conjunto destas considerações, o museu surge como uma complexa

entidade na qual interagem dinamicamente indivíduos, objectos, conceitos e factos. Desta forma, a leitura e a compreensão do objecto religioso passam pela diversidade das vivências protagonizadas por cada um dos visitantes que constitui o público do museu, bem como pela proposta de aprendizagens e comportamentos que este lhe sugere ou impõe. A questão central da museologia é, neste contexto, identificar a forma como o museu recontextualiza os conteúdos funcionais, semânticos e simbólicos deste património ligado ao sagrado.

Uma questão intermédia, entre a possibilidade e o modo, é relativa ao risco que este processo de musealização envolve: *o sagrado permite ser musealizado?*

Ocorre aqui uma dissertação marginal à temática museológica predominante neste trabalho, dado que incide sobre a noção de sagrado e do conceito que este adquire no contexto do cristianismo. Partindo do conceito universal de que o sagrado é intangível, a ideia de o musealizar surge absurda e inviável. No entanto, será necessário perspectivar a questão no âmbito do cristianismo e do catolicismo, onde o sagrado se torna mais relacional e extensivo, fundamentado em Cristo que, pelo sacrifício eucarístico, concentra em si o sacro entitativo, partilhado pelos fiéis através dos sacramentos.

Continua, porém, a ser necessário analisar os mecanismos de que a religião se serve para resolver este conflito. Nesta abordagem, torna-se implícita a referência à sacralização ou consagração e bênção dos objectos do culto e, em sentido inverso, à execração ou à profanação dos mesmos. A transferência de objectos rituais do espaço sagrado para o museu depende do processo de dessacralização a que foram submetidos; no caso de alfaías do culto católico, a execração elabora a imediata passagem para o registo profano, facultando a sua integração no discurso museológico. Mas este processo não garante, por si só, a correcta musealização dos acervos litúrgicos.

A apresentação museológica de temas religiosos é de acrescido melindre, pois pode atingir os sentimentos mais profundos e íntimos dos indivíduos que constituem o seu público-receptor. O crente ou discípulo de uma religião é agredido por qualquer incorrecção no manuseio e instalação de uma peça com vínculo ao sagrado, pela deficiente formulação de um conceito ou pela exposição errónea das suas crenças. Por isso, a entrada do objecto religioso no museu é apenas o ponto de partida para um estudado processo de incorporação, exigindo o concurso de disciplinas relacionadas com a história da religião, a teologia e a liturgia, para proteger o museu de atitudes ofensivas na elaboração do seu discurso expositivo. Isso justifica e impõe a

abordagem aos axiomas do cristianismo e aos rituais, sacramentos e sacramentais que fundamentam a funcionalidade e simbolismo dos objectos do culto católico.

A metodologia museológica que aqui intuímos aproxima-se, em circunstâncias ideais, da interpretação e análise próprias da exegese, no sentido da exposição e interpretação minuciosa e exaustiva de um documento. Socorrendo-se da hermenêutica e das ciências auxiliares ao estudo da Bíblia, o comentário associado ao objecto veicula o significado que o define como peça do sagrado no âmbito do catolicismo.

Se, como referimos, a emancipação da museologia da religião face à museologia da arte é um fenómeno recente, também a publicação de estudos monográficos ou analíticos acerca do tema se nos afigura ainda muito escassa e incipiente. Porém, dado que a conjuntura subjacente a esta investigação é a história geral da museologia, a obra de Germain Bazin<sup>1</sup> continua a ser a principal referência, complementada com trabalhos mais recentes entre os quais destacamos o de Luis Alonso Fernández<sup>2</sup>. Para a história da museologia em Portugal são obrigatórios os trabalhos de síntese generalista de Madalena Brás Teixeira<sup>3</sup> e de João Brigola<sup>4</sup>. Também como obra de divulgação, citamos o trabalho coordenado por Maria Beatriz Rocha Trindade<sup>5</sup>, numa genérica introdução à museologia.

Para a elaboração da história da museologia entre os séculos XIX e XX o contributo mais importante vem dos próprios protagonistas que relataram minuciosamente a actividade museológica que desenvolveram, as ideias e os critérios a que obedeciam, as dificuldades que sentiam e os objectivos que os norteavam. Referimo-nos à vasta bibliografia que nos legaram Augusto Filipe Simões, António Augusto Gonçalves, António Manuel Gonçalves e Gabriel Pereira<sup>6</sup>, entre outros. Desde essa época, as fontes de que dispomos são sobretudo os catálogos de museus e exposições que se têm realizado neste âmbito. Para a última fase da história da museologia de iniciativa eclesiástica, o recurso ao arquivo da Mediateca Intercultural, instalada na

<sup>1</sup> BAZIN, Germain – *Le temps des musées*, 1967.

<sup>2</sup> ALONSO FERNÁNDEZ, Luis – *Museología y museografía*, 2001.

<sup>3</sup> TEIXEIRA, Madalena Brás – *Os primeiros museus criados em Portugal*, 1973.

Id. – *Los principios de la investigación y de la actividad museológica en Portugal*, 2000.

<sup>4</sup> BRIGOLA, João Carlos, rel. [et al.] – *Perspectiva histórica da evolução do conceito de museu em Portugal: breve história da legislação sobre política museológica em Portugal*, 2003.

<sup>5</sup> *Iniciação à museologia*. Coord. Maria Beatriz Rocha Trindade, 1992.

<sup>6</sup> *Vd.* as várias entradas na bibliografia.



Universidade Católica Portuguesa em Lisboa, foi determinante para o estudo da *Encontro de Culturas*, a primeira grande exposição organizada pela Conferência Episcopal Portuguesa, em Lisboa, em 1994, e posteriormente reposta no Vaticano, e do Pavilhão da Santa Sé na Expo'98.

No âmbito particular da intervenção museológica da Igreja, ainda que relativa a períodos históricos delimitados, citamos as intervenções de Fernando António Baptista Pereira<sup>7</sup>, para os primeiros tempos até finais do século XVIII, e de Henrique Coutinho Gouveia<sup>8</sup>, para o último século; ainda neste âmbito, há que referir as dissertações de João Brigola<sup>9</sup> acerca da acção de eclesiásticos como Frei José Mayne e D. Frei Manuel do Cenáculo, inseridas num estudo mais vasto acerca do panorama da museologia em Portugal no século XVIII.

Se os estudos históricos são esparsos neste campo, também a investigação museológica raramente tem incidido sobre a exposição e divulgação do património religioso, remetendo-nos para teses mais globais como a que André Gob e Noémie Drouget<sup>10</sup> elaboraram em torno das funções do museu. Há, ainda, que referir os artigos publicados em antologias como a *Exhibiting cultures*<sup>11</sup>, a *Vagues*<sup>12</sup> e a *Art and its publics*<sup>13</sup> ou em revistas especializadas como a *Musées et collections publiques de France*<sup>14</sup>, *Museum International*<sup>15</sup>, *Publics et musées*<sup>16</sup> e, para elaborar um sintético ponto da situação acerca da questão emergente do património imaterial, as *Nouvelles de l'ICOM*<sup>17</sup>.

Na última década, sobretudo em França e no contexto das escolas do Louvre e do Patrimoine, a crescente preocupação em torno da musealização do património religioso determinou a marcação de colóquios e reuniões,

<sup>7</sup> PEREIRA, Fernando António – *Le rôle de l'Église dans la formation des premiers musées au Portugal à la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle*, 1995.

<sup>8</sup> GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Museus e museologia*, 2001.

<sup>9</sup> BRIGOLA, João Carlos Pires – *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, 2003.

<sup>10</sup> GOB, André; DROUGET, Noémie – *La muséologie*, 2004.

<sup>11</sup> *Exhibiting cultures: The poetics and politics of museum display*, 1991.

<sup>12</sup> *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, 1992-94.

<sup>13</sup> *Art and its publics: museum studies at the millennium*, 2003.

<sup>14</sup> Nomeadamente o n.º 219 (Junho 1998), subtítulo *Musées et religion(s)*.

<sup>15</sup> Nomeadamente o n.º 218 (Junho 2003), subtítulo *The sacred in an interconnected world*.

<sup>16</sup> Nomeadamente o n.º 1 (1992, reimp. 2001) e n.º 13 (Janeiro-Junho 1998), subtítulos, respectivamente, *Textes et publics dans les musées* e *Public, nouvelles technologies, musées*.

<sup>17</sup> Nomeadamente o n.º 4 (2003), subtítulo *Musées et patrimoine immatériel*.

cujas actas<sup>18</sup> apresentam, no conjunto eclético e variado das intervenções de pessoas ligadas aos museus e à Igreja, o estado da questão acerca deste tema. Dentro da mesma temática, referimos a intervenção de Natália Correia Guedes<sup>19</sup> nas IV Jornadas de Direito Canónico, em 1996, cujas actas foram publicadas no ano seguinte. No que se refere aos museus eclesíásticos, é a Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja<sup>20</sup> quem assume a respectiva teorização e estabelece as normas de actuação no âmbito da museologia.

Acerca da função do museu, a maior orientação em torno das teorias de sociologia da arte e da nova museologia deriva da leitura das obras de Raimondo Strassoldo<sup>21</sup> e François Mairesse<sup>22</sup> e sobretudo, por terem sido as que mais nos aliciaram para a composição deste tema, Anna Lisa Tota<sup>23</sup> e Carol Duncan<sup>24</sup>.

Em certa medida, estas notas bibliográficas constituem um repositório da literatura museológica em torno do património artístico e religioso. Sem pretensão de fazer uma resenha exaustiva da bibliografia a que recorreremos, são aqui assinalados por constituírem uma continuada referência ao longo deste estudo, alicerce e estrutura dos argumentos que o fundamentam.

A metodologia proposta para este estudo baseia-se nas estratégias da pesquisa histórica, que preside à primeira parte do trabalho, e do estudo de caso, subjacente à segunda. Ambas se elaboram em torno de questões “como”, “quando” e “porquê”: como evoluiu a exposição dos objectos religiosos em contexto eclesíástico; quando e como transitaram para o espaço museológico; porque se apresentaram como objectos de arte; quando e como se tornou predominante o valor religioso do objecto museológico; quando e porque assume a Igreja a prática museológica na sua acção pas-

<sup>18</sup> *Forme et sens: la formation à la dimension religieuse du patrimoine culturel*, 1997.

*Trésor d'église, musée d'art religieux: quelle présentation?*, 1998.

*Patrimoine, temps, espace: patrimoine en place, patrimoine déplacé*, 1997. Este tinha um âmbito mais genérico em torno do património deslocado dos imóveis de origem, mas abrange a situação particular das igrejas e colecções de arte religiosa.

<sup>19</sup> GUEDES, Natália Correia – O património cultural da Igreja em Portugal, 1997.

<sup>20</sup> IGREJA CATÓLICA. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja – La funzione pastorale dei musei ecclesiastici (Lettera circolare, Città del Vaticano, 15 Agosto 2001).

Id. – *Profilo*. s.d.

<sup>21</sup> STRASSOLDO, Raimondo – *Forma e funzione*, 1998.

<sup>22</sup> MAIRESSE, François – *Le musée, temple spectaculaire*, 2002.

<sup>23</sup> TOTA, Anna Lisa – *A sociologia da arte*, 2000.

<sup>24</sup> DUNCAN, Carol – *Civilizing rituals*, 1995.

toral; porque se distinguem tesouros eclesiásticos, museus de religião ou de arte sacra e museus com colecções de temática religiosa; como interfere o museu na percepção do objecto religioso; como disponibiliza ao público as chaves para a leitura e interpretação deste património.

Estas questões funcionam como tópicos, ou temas de exploração, sincopados e lacunares no universo da museologia do património religioso. De facto, torna-se imperiosa a selecção de unidades de análise e, nestas, de seleccionar os aspectos mais significativos para a narrativa que pretendemos elaborar; por esse motivo, focamos algumas iniciativas museológicas e não outras, tal como, em cada uma, nos cingimos a determinados momentos da sua história, geralmente os iniciais, e não aos restantes por entrarem num processo convencional em que outros exemplos nos surgem como mais elucidativos.

O tema geral, por se referir ao sagrado, interfere com as vivências pessoais e íntimas em que se forjam as convicções religiosas. Por esse motivo, o risco de falhar a isenção requerida em trabalhos desta índole é acrescido. Não nos assiste, porém, qualquer intuito confessional, seja ele de adesão ou recusa às premissas da religião em geral ou do catolicismo em particular, nem esta é uma oportunidade para este tipo de confidências ou manifestos. A objectividade a que nos propomos só será quebrada pela sedução que o tema nos provoca, ao exigir uma investigação pluridisciplinar e uma reflexão sobre conceitos que ultrapassam o estudo da história da arte, ao mesmo tempo que dá a oportunidade de desvendar o sentido e o símbolo que está para lá da forma.

Inerente a tudo isto, existe uma causa determinante: saber como se realiza a musealização do objecto com vínculo ao sagrado.